



A trajetória de pesquisa de Judith Kestenberg: do estudo dos movimentos às pesquisas com as crianças vítimas do Holocausto*

The research trajectory of Judith Kestenberg: from the study of movements to research with child victims of the Holocaust

Fatima Siqueira Caropreso**

Universidade de Juiz de Fora (UFJF) | Juiz de Fora, Brasil

fatimacaropreso@gmail.com

Resumo: A médica e psicanalista Judith Kestenberg criou um método de análise do movimento chamado *Kestenberg Movement Profile* (KMP), propôs uma abordagem inovadora de prevenção e intervenção no desenvolvimento precoce, e conduziu extensas pesquisas sobre as crianças sobreviventes do Holocausto e sobre os filhos de sobreviventes, as quais produziram um grande conhecimento sobre o impacto psicológico de traumas de grande magnitude vividos na infância. A maioria das publicações sobre ela aborda o KMP. Suas investigações sobre as crianças sobreviventes do Holocausto e sobre os filhos dos sobreviventes foram objeto de poucos estudos sistemáticos nos campos da psicologia e da psicanálise. Esse artigo visa apresentar o percurso das suas pesquisas e caracterizar suas investigações sobre as crianças sobreviventes do Holocausto, tendo em vista contribuir para o resgate e divulgação de seu trabalho.

Palavras-chave: Judith Kestenberg. Holocausto. Crianças sobreviventes.

Abstract: The physician and psychoanalyst Judith Kestenberg created a method of body movement analysis called the “Kestenberg Movement Profile” (KMP). She proposed an innovative approach to prevention and intervention in early childhood development and conducted extensive research on child survivors of the Holocaust and on the children of survivors. This latter research produced a great deal of knowledge about the psychological effects of severe childhood trauma. Most of the published material about Kestenberg addresses the KMP. Her research on child survivors of the Holocaust and on the children of survivors is still the subject of little systematic research in the fields of psychology and psychoanalysis. This article aims to present the course of Kestenberg’s research and characterize her work on child

* A versão em inglês deste artigo foi publicada no número 1 do volume 11 de 2024 da revista S.I.M.O.N. – SHOAH: INTERVENTION. METHODS. DOCUMENTATION.

** Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos, Professora Associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.



survivors of the Holocaust, with a view to contributing to the appreciation and dissemination of her work.

Keywords: Judith Kestenberg. Holocaust. Child survivors.

Introdução

Judith Silberpfennig Kestenberg nasceu em 1910 em Cracóvia, na Polônia, e faleceu em 1999, em Sands Point, nos Estados Unidos. Estudou medicina na Universidade de Viena e se especializou em neurologia e psiquiatria. Em 1934, recebeu o título de doutora e, em 1935, iniciou sua formação psicanalítica com Eduard Hitschmann, na Sociedade Psicanalítica de Viena.¹ Em entrevista realizada em 1989, Kestenberg (1991) relata que, em 1937, se mudou para os Estados Unidos para continuar sua formação. De acordo com Naszkowska (2023) o seu visto para os Estados Unidos foi substanciado pelo médico Paul Schilder, quem lhe ofereceu um estágio no Departamento de Psiquiatria Infantil do *Bellevue Hospital*, em New York. Nessa cidade, deu continuidade também a sua formação psicanalítica com Herman Nunberg, no *New York Psychoanalytic Institute* (NYPI). Sossin, Loman e Merman (1999) comentam que Kestenberg se tornou conhecida, sobretudo, por suas contribuições para a teoria psicodinâmica do desenvolvimento, por sua abordagem inovadora de prevenção e intervenção no desenvolvimento precoce, pela criação do *Kestenberg Movement Profile* (KMP) e por suas extensas pesquisas sobre as crianças sobreviventes do Holocausto. Ela se tornou Professora de Psiquiatria da *New York University Medical School*, analista didata do NYPI, e professora e membro da equipe médica do *Long Island Jewish Medical Center*. Foi professora e mentora de psiquiatras, psicólogos, psicanalistas, dançaterapeutas e especialistas em movimento.²

Em 1972, Kestenberg fundou a organização sem fins lucrativos *Child Development Research* (CDR). Essa entidade era devotada à saúde mental das crianças e englobou, entre outras organizações, o *Center for Parents and Childre*.³ Com seu marido, o advogado Milton Kestenberg, em 1991, ela criou o *Jerome Riker International Study of the Organized Persecution of Children*, projeto que também foi patrocinado pelo CDR. Com a colaboração de especialistas em saúde mental de diversas partes do mundo, esse projeto entrevistou muitas pessoas que, quando crianças, sobreviveram ao Holocausto, além de filhos de pais nazistas.⁴ Sua produção abrangeu um grande escopo: questões ligadas à neurologia, ao desenvolvimento psíquico, feminilidade, interação mãe-criança, relações psicossomáticas, parentalidade, entre muitos outros

¹ SOSSIN, LOMAN e MERMAN, 1999.

² Naszkowska (2023) faz uma descrição de análise da vida de carreira de Judith Kestenberg.

³ NASZKOWSKA, 2023.

⁴ SOSSIN, LOMAN e MERMAN, 1999.



temas. De acordo com Sossin, Loman e Merman ela publicou cerca de 150 artigos e 7 livros.

Apesar de sua grande contribuição clínica e teórica, Judith Kestenberg é uma psicanalista e pesquisadora pouco lembrada. A maioria das publicações sobre ela abordam o *Kestenberg Movement Profile*. Em especial, suas pesquisas sobre as crianças sobreviventes do Holocausto foram alvo de poucos estudos sistemáticos no âmbito da psicologia e da psicanálise. Esse artigo pretende apresentar o percurso das suas pesquisas e caracterizar suas investigações sobre as crianças sobreviventes do Holocausto, tendo em vista contribuir para o resgate e divulgação de seu trabalho.

1 A trajetória de pesquisa inicial de Judith Kestenberg

Kormos (2021a) comenta que, no início de sua formação, Kestenberg se interessou pela relação entre os processos de pensamento, as funções neurológicas e o movimento, ao estudar pessoas com danos cerebrais em Viena. Entre os anos de 1933 e 1940, publicou vários trabalhos resultantes de suas investigações neurológicas, os quais estabeleceram os fundamentos das suas pesquisas posteriores sobre a interação entre o funcionamento mental e padrões de movimento.⁵ De acordo com Kormos (2021b), enquanto trabalhava no *Hospital Bellevue*, Kestenberg percebeu as limitações dos dados verbais para acessar os processos mentais de crianças pequenas e começou a procurar um método de observação sistemática e interpretação psicológica baseado nos padrões de movimento. Ela iniciou essa busca com um treinamento em *Laban Movement Analysis* e *Labanotation* com Marian North, Warren Lamb e Irmgard Bartenieff, os quais eram alunos de Rudolf von Laban.⁶

Em um artigo publicado em 1965, em que descreve suas pesquisas sobre padrões de movimento, Kestenberg explica que o problema da excitação, tensão e descarga foi abordado em vários escritos de Freud⁷ e que muitas das teorizações desse autor sobre os impulsos instintivos são baseadas não apenas em modelos neurofisiológicos, mas

⁵ Nesse momento inicial de sua carreira, ela foi influenciada pelo trabalho de Paul Schilder (1950/2007). Esse autor demonstrou que as tendências rítmicas estão em íntima relação com a região do sistema nervoso ligada às emoções e à vida afetiva, ao passo que a ação voluntária possui conexão mais íntima com a região cortical (KORMOS, 2021b).

⁶ *Labanotation* é um sistema de notação para avaliar e documentar o movimento, desenvolvido por Rudolf von Laban, coreógrafo, dançarino e pesquisador do movimento. De forma semelhante à escrita de um roteiro em música, o *Labanotation* possibilita documentar o movimento de forma padronizada (KORMOS, 2021b).

⁷ Ela cita os *Estudos sobre a histeria* (Freud e Breuer, 1895), os *Três Ensaios sobre uma teoria da sexualidade* (Freud, 1905) e *O ego e o Id* (Freud, 1923).



também em observações diretas de movimentos. Observações de tensões e relaxamentos musculares, durante certos estados afetivos e ideacionais, seriam uma fonte adicional da teoria da energia de Freud. Kestenberg comenta que essa questão também foi abordada por Ferenczi (1955), em um texto em que ele contrasta as expressões das emoções nas quais a explosão predomina com aquelas nas quais a inibição prevalece. Ferenczi (1952) concordou com Freud ao sustentar que o paralelismo regular entre inervações motoras e atos psíquicos de pensamento e atenção, seu condicionamento mútuo e a reciprocidade quantitativa frequentemente demonstrável, indicam uma similaridade essencial entre esses processos.

Kestenberg (1965) comenta que Freud e Breuer usaram suas observações clínicas sobre predileções individuais por certos padrões de movimentos como um indício de diferenças no sistema nervoso dos indivíduos. Eles concluíram que as características que compõem o temperamento natural das pessoas se baseiam em profundas diferenças em seus sistemas nervosos e no grau em que os elementos cerebrais funcionalmente quiescentes liberam energia. No entanto, diz ela, essas teorias iniciais, baseadas na neurofisiologia e na observação do movimento, foram postas de lado à medida que os interesses dos analistas migraram das pulsões para as funções do ego, aponta a autora. A partir de então, estudos sobre a formação do caráter predominaram no pensamento psicanalítico, enquanto pesquisas sobre como o temperamento e estilos de pensamento se expressam nos padrões de movimento se tornaram quase obsoletas.

Entre outros, Kestenberg (1965) menciona um estudo de Kris (1940), no qual o autor demonstrou que o ritmo primitivo de descarga afetiva, na medida em que este é modificado pelo ego, se torna um veículo para a comunicação não verbal. A autora cita também as pesquisas de Fries (1935) que, de forma pioneira, tentou relacionar o comportamento motor precoce com manifestações psíquicas posteriores. Ela comenta que esta última pesquisadora propôs uma classificação dos temperamentos, mas não levou em consideração a individualidade do ritmo motor e não percebeu que padrões motores característicos, embora não bem definidos, são detectáveis na primeira infância. Kestenberg enfatiza que não existiam estudos sistemáticos sobre os ritmos das descargas motoras e que a falta de uma classificação das qualidades do movimento do adulto e da criança dificultava a comparação entre formas primárias e secundárias de comportamento motor. Com suas pesquisas, ela tentou preencher essa lacuna.

Em 1953, Kestenberg iniciou um estudo longitudinal, com o objetivo de estabelecer uma classificação dos movimentos. Nessa pesquisa, três crianças foram observadas durante vinte anos, desde o nascimento até a idade adulta. O estudo buscou analisar a relação entre o desenvolvimento dos padrões de movimento das crianças e os padrões de movimentos das mães, em diferentes fases do desenvolvimento.⁸ Segundo Kormos

⁸ TURTELLI e TAVARES, 2008.



(2021a) em 1962, um grupo de psiquiatras de crianças, profissionais de saúde mental e pesquisadores do movimento⁹, liderados por Kestenberg, iniciou um grupo de estudos chamado *Sands Point Movement Study Group*. Esse grupo trabalhou durante vinte anos para desenvolver um método de observação e análise do movimento, denominado *Kestenberg Movement Profile* (KMP). Esse método integrou o *Labanotation* à teoria do desenvolvimento infantil de Kestenberg, a qual integrava elementos da teoria das pulsões, da psicologia do ego, da psicologia do *Self* e da teoria das relações objetais.

Kestenberg (1990) explica que, a partir do estudo do papel dos padrões de movimento no desenvolvimento, o *Sands Point Movement Study Group* construiu uma notação de movimento e introduziu um vocabulário de movimento que está relacionado a categorias psicanalíticas do desenvolvimento psicosssexual e permite examinar o desenvolvimento psicomotor desde suas origens mais precoces. No KMP, segundo Kestenberg (1991) o fluxo de tensão muscular é compreendido como servindo à autorregulação, à satisfação das necessidades e às descargas pulsionais. Assim, o método permite interpretar o espectro das pulsões, afetos e tipos de movimentos defensivos ou adaptativos, a partir da análise da distribuição de movimento em um indivíduo.

Segundo Kormos (2021b), em 1965, para obter validação adicional do KMP, Kestenberg levou a técnica ao *Hampstead Nursery* em Londres, instituição que depois se tornou o *Anna Freud National Centre for Children and Families*. Kestenberg (1991) relata que, na época, havia no *Hampstead* muita discussão sobre perfis de desenvolvimento e que ela comparou o seu perfil de movimento com o perfil de desenvolvimento de Anna Freud. Segundo ela, Anna Freud ficou maravilhada com a exatidão da sua interpretação feita com base apenas na análise do movimento. O KMP permitia fazer, a partir unicamente da análise de padrões de movimento, uma avaliação do desenvolvimento similar à que Anna Freud fazia, comenta a autora.

Entre 1969 e 1970, o método KMP foi aplicado à observação de 150 crianças em vários kibutzim israelenses. Em 1972, com ajuda de seu marido, ela fundou a organização *Child Development Research*, a qual administrou o *Center for Parents and Children* (Kestenberg 1994a). Em carta ao editor, Kestenberg relata:

Tenho lutado com o problema de cuidados infantis ideais por muitos anos e, nos últimos 17 anos, tenho dirigido um centro para pais e filhos na esperança de que as intervenções

⁹ Jay Berlowe, Arnhilt Buelte, Hershey Marcus, Esther Robbins, Martha Soodak, Irmgard Bartenieff, Warren Lamb, Forrestine Paulay, Marion North, Jody Zacharias, Islene Pinder, entre outros (Kormos, 2021b).



preventivas tornem o cuidado das crianças mais fácil e agradável.¹⁰

Segundo Kormos (2021a), nesse centro, eram realizadas intervenções que visavam à prevenção de distúrbios emocionais, a partir da avaliação das interações mãe-filho com o uso do KMP e de outras técnicas.¹¹

Nos anos seguintes, Kestenberg começou a se concentrar em uma nova área de pesquisa, o estudo das crianças que sobreviveram ao Holocausto e dos filhos dos sobreviventes.

2 As pesquisas sobre as crianças sobreviventes e filhas de sobreviventes do Holocausto

Em 1974, Kestenberg formou um grupo para estudar o impacto do Holocausto sobre os filhos de sobreviventes, a partir de uma perspectiva psicanalítica. Esse grupo foi chamado *Group for the Psychoanalytic exploration of the effect of the Holocaust on the second generation*. Conferências mensais eram realizadas, nas quais o relato da psicanálise de um filho de sobrevivente era apresentado e discutido. A autora explica que o grupo tentava encontrar similaridades e diferenças no material clínico e isolar a influência das experiências que os pais vivenciaram, durante o Holocausto, sobre os conflitos dos pacientes.¹² Kestenberg (1981) relata que, quando o grupo foi formado, o principal interesse dos seus membros estava focado na transmissão dos pais para as crianças.¹³ Diz ela:

Nós queríamos descobrir o que era transmitido para as crianças dos sobreviventes e como era realizada essa comunicação intergeracional. Nós começamos tentando identificar síndromes características das crianças de sobreviventes, se de fato havia tal especificidade. Concluimos que não era apropriado falar em uma “síndrome do sobrevivente” (o que seria uma entidade patológica). Esse não é um termo apropriado para o que foi visto nos casos de psicanálise e psicoterapia. Achei mais apropriado falar em um “complexo de crianças sobreviventes”, similar ao

¹⁰ KESTENBERG, 1989, p.963-64.

¹¹ Uma descrição do trabalho que era desenvolvido nesse centro pode ser encontrada em Loman (2016).

¹² KESTENBERG, 1992a.

¹³ Os resultados dessas pesquisas foram apresentados no livro *Generations of the Holocaust* (Bergmann & Jucovy, 1982), entre outros textos.



complexo de Édipo que é compartilhado por todos, mas pode se tornar um fonte de patologia em alguns.¹⁴

Em 1981, Kestenberg e seu marido iniciaram o *Jerome Riker International Study of Organized Persecution of Children*, um estudo de âmbito internacional sobre crianças que sobreviveram ao Holocausto, o qual também foi patrocinado pelo *Child Development Research*. Nesse momento, portanto, suas pesquisas passam a focar também a primeira geração de sobreviventes, ou seja, a investigação de crianças que vivenciaram a perseguição nazista.¹⁵ De acordo com Naszkowska (2023) esse projeto, que recebeu financiamento do Jerome Riker, reuniu um grupo de cerca de doze profissionais de saúde mental, incluindo Eva Fogelman, Helene Bass-Wichelhaus, K. Mark Sossin, Robert M. Prince e Ira Brenner.

No prefácio do livro *Children during the nazi reign*, Kestenberg (1994a) relata a história das suas pesquisas sobre as crianças sobreviventes do Holocausto. Ela afirma que, embora o estudo tenha iniciado formalmente em 1981, suas bases remontam a duas décadas anteriores, época em que seu marido representava clientes sobreviventes que pediam indenização ao governo da Alemanha Ocidental. Para fundamentar suas reivindicações, Milton Kestenberg tinha que ajudá-los a documentar suas vidas sob o regime nazista. A autora explica que o sistema de indenização realizava uma avaliação do dano sofrido pela pessoa; uma porcentagem de “dano” era atribuída por médicos ao sobrevivente e, dependendo dessa porcentagem, ele recebia ou não a pensão ou indenização. Essa avaliação dependia, em grande parte, do que os sobreviventes podiam lembrar e relatar coerentemente sobre suas histórias de perseguição. Se seus relatos eram considerados inconsistentes, se eles davam informações contraditórias sobre dados tais como datas e localização das suas prisões em campos de concentração, eram considerados mentirosos e punidos com a recusa do benefício. O prejuízo da

¹⁴ KESTENBERG, 1981, p. 16

¹⁵ Foi estimado que, de aproximadamente 1.700.000 crianças com menos de 18 anos entre os judeus europeus antes de 1939, apenas 10% estavam vivas depois da guerra (Friedman, 1949). Fass (2018) comenta que a sobrevivência dessas crianças foi o resultado extraordinário de várias manobras de pais judeus para proteger seus filhos. As crianças foram deixadas com vizinhos católicos ou em conventos e monastérios; permaneceram escondidas ou com guerrilheiros nas florestas; algumas sobreviveram com seus pais em porões e outros esconderijos ou permaneceram em campos de concentração. No fim da guerra, muitas delas se encontravam órfãs e sem família ou lar. Todas, independentemente das circunstâncias específicas, foram sujeitas a condições que Kestenberg compreendeu como indutoras de traumas. Um dos propósitos das suas pesquisas era entender como as crianças respondem a esses traumas e quais são suas consequências para a saúde mental e a adaptação do adulto.



memória resultante da violência física e mental sofrida pelos sobreviventes não era levado em consideração.

Kestenberg (1994a) afirma que foi se tornando cada vez mais evidente que os sobreviventes tinham problemas de memória e nem sempre conseguiam se lembrar de datas e localizações específicas. No caso das pessoas que foram vítimas do Holocausto quando crianças, o problema era duplo, pois, além da perturbação que a perseguição causava à memória, muitas delas eram muito novas para lembrar quando, onde e o que exatamente aconteceu com elas. Nesse contexto, Milton Kestenberg começou a entrevistar os sobreviventes e tentar ajudá-los a rememorar e conectar acontecimentos passados e presentes, de forma que esses eventos pudessem ser usados para documentar os traumas infligidos sobre elas. Experiente em entrevistas devido ao seu trabalho como advogado e procurando ajudar os entrevistados o mais rapidamente possível, ele aprendeu a se concentrar nas principais preocupações dos sobreviventes e se tornou especialista em detectar sentimentos de culpa evidentes ou ocultos, aos quais ele reagia como um pai benevolente, dando absolvição aos seus filhos. Kestenberg atribui, assim, ao seu marido o estímulo inicial de suas pesquisas sobre as consequências psicológicas da perseguição nazista em crianças.

Milton Kestenberg percebeu, ainda, que os funcionários germânicos, muitos dos quais tinham crescido na Alemanha nazista, continuavam veladamente a política de perseguição nazista das “raças inferiores”, embora sob as novas leis da democracia alemã ocidental. Os sobreviventes eram novamente colocados na posição de serem julgados por seus “superiores” e punidos nos limites da lei por tentarem fraudar o povo germânico. Ficou claro que perseguidor e perseguido carregavam consigo traços dos papéis prévios para os quais haviam sido treinados na infância.¹⁶

Segundo a autora, a motivação para ajudar as vítimas a se desvitimizarem e os agressores a se tornarem sensíveis à dor dessas pessoas permaneceu dormente por anos e foi despertada nela quando, em sua prática psicanalítica, encontrou filhos de sobreviventes que sofriam sequelas das perseguições de seus pais pelos nazistas. O interesse pelas crianças sobreviventes, por sua vez, surgiu quando ela analisou um sobrevivente que nasceu em um gueto e que, com dois anos, foi deportado para um campo de concentração¹⁷. Ela relata que:

Esta análise revelou perante os meus olhos o desenvolvimento de uma criança sob a perseguição nazista e, à medida que eu discutia com Milton uma análise muito complexa, ambos

¹⁶ KESTENBERG, 1994a.

¹⁷ Um relato da análise dessa paciente pode ser encontrado em Kestenberg (1986).



chegamos à conclusão de que devíamos estudar o desenvolvimento das crianças sobreviventes do Holocausto.¹⁸

Kestenberg enfatiza que, quando começou a analisar crianças sobreviventes, contou com o auxílio de Milton Kestenberg:

Quando comecei a analisar filhos de sobreviventes e crianças sobreviventes, o meu primeiro consultor, antes de formarmos grupos de pesquisadores, foi sempre Milton. Eu lhe contava o que ouvia dos meus pacientes, e ele confrontava-me com o que tinha acontecido durante o Holocausto em diferentes países. Através dele, percebi a importância, para os psicanalistas, de conhecer a história do país de origem do paciente.¹⁹

Segundo Cohen, Fogelman e Ofer (2017), o *Jerome Riker International Study of Organized Persecution of Children*, cresceu rapidamente depois do *American Gathering of Jewish Holocaust Survivors*, realizado em 1984, na Philadelphia. Nesse evento, os Kestenbergs montaram uma mesa para registrar as crianças sobreviventes que estavam dispostas a ser entrevistadas. Eva Fogelman, Milton Kestenberg e Judith Kestenberg organizaram reuniões mensais em New York, semelhantes a dos grupos de rap dos veteranos do Vietnam. Havia um grupo central que participava regularmente, inicialmente sobreviventes de guetos ou campos de concentração, e novos participantes chegavam a cada novo encontro. Nessas reuniões, os participantes eram encorajados a fornecer entrevistas e aqueles que consideravam o processo de entrevista uma experiência transformadora encorajavam outros a serem entrevistados.

Valent (1998) comenta que as sequelas psicossociais do Holocausto em adultos foram reconhecidas apenas nos anos 1960 e que, na década de 1970, a atenção se voltou para as crianças filhas dos adultos sobreviventes. Com raras exceções, as crianças que vivenciaram elas mesmas o Holocausto e sobreviveram foram reconhecidas apenas nos anos 1980, ou seja, após um período de quase 40 anos. O autor explica que, mesmo as crianças sobreviventes, não se reconheciam como sobreviventes nesse ínterim. Elas consideravam que apenas seus pais eram sobreviventes e que elas eram “apenas crianças” na guerra e não tinham memórias.²⁰ No entanto, a falta de percepção do

¹⁸ KESTENBERG, 1994a, p. xii.

¹⁹ KESTENBERG, 1994a, p. xiii.

²⁰ Clifford (2017) explica que, antes da década de 1980, o termo “criança sobrevivente” não existia. As crianças que perderam ambos os pais no genocídio eram comumente chamadas de “judeus órfãos de guerra”. Para aquelas que ainda tinham um ou ambos os pais, não havia um rótulo de identidade significativo para a experiência de confusão, terror e perda, emoções que muitas vezes marcaram profundamente seus



impacto da guerra sobre os mais jovens, contrastava com observações clínicas que indicavam que, quanto mais jovem o sobrevivente, maiores foram os potenciais efeitos nocivos das experiências traumáticas.²¹

De acordo com Cohen, Fogelman e Ofer (2017), em sua maioria, as crianças sobreviventes do Holocausto não falavam sobre as suas experiências de guerra nos anos do pós-guerra. Para muitas, "não recordar" foi fundamental para lidar com a dor e o trauma. Elas buscaram se adaptar e se integrar ao novo ambiente, reação que resultava de uma forte necessidade de pertencimento. Contudo, apesar do seu silêncio, elas carregavam consigo suas memórias dolorosas e, à medida que foram envelhecendo, muitas começaram a manifestar a vontade, e até a necessidade, de falar sobre as suas experiências passadas e recuperar partes de si próprias que eram o fundamento das suas vidas. Este fenômeno, segundo os autores, ocorreu paralelamente ao desenvolvimento da historiografia do Holocausto.²² Logo após a libertação, surgiram projetos de testemunho que entrevistaram crianças sobreviventes, mas, apenas em 1979, a historiadora Yaffa Eliach dedicou o seu projeto de história oral, do Brooklyn College, especificamente a pessoas que sobreviveram ao Holocausto enquanto crianças.²³ O estudo liderado por Kestenberg, no entanto, foi o que reuniu a maior coleção de testemunhos de crianças sobreviventes, segundo os autores.

primeiros anos de vida. A autora relata também que essa situação mudou somente na década de 1980.

²¹ Kestenberg e Gampel (1983) comentam que Lempp (1979) examinou 44 protocolos e relatos de ficheiros dos gabinetes de compensação e concluiu que, quanto mais jovem era criança durante a perseguição, mais ela sofreu posteriormente de depressão, astenia e falhas na vida acadêmica e profissional. Essa percepção inicial foi confirmada pelos estudos de Kestenberg (1986, 1992b). Saban, Sossin e Yasik (2017), em um texto em que discutem dados das entrevistas realizadas por Kestenberg e seu grupo, comentam que as mesmas indicaram que, quanto mais jovens eram as crianças quando sofreram a perseguição nazista, mais graves foram as sequelas psicológicas.

²² Cohen, Fogelman e Ofer (2017) citam o livro de Debórah Dwork intitulado *Children with a star: Jewish Youth in Nazi Europe*, publicado em 1991. Outra publicação importante foi o livro *Generations of the Holocausto*, organizado por Martin Bergman e Milton Jucovy e publicado em 1982. Esse livro reúne os primeiros resultados do *Group for the Psychoanalytic Study of the Effects of the Holocaust on the Second Generation*, liderado por Judith Kestenberg.

²³ As entrevistas realizadas por Yaffa Eliach com a criança sobrevivente estão armazenadas no Museu do Patrimônio Judaico, na cidade de Nova York (COHEN, FOGELMAN e OFER, 2017).



3 As características e os objetivos das entrevistas

Os pesquisadores do grupo de Kestenberg denominavam “criança sobrevivente” (*child survivor*) qualquer criança judia, com treze anos ou menos no início da perseguição em seu país, que sobreviveu na Europa ocupada pelos alemães por qualquer meio, seja na clandestinidade, como guerrilheiro, nos guetos, em fuga, ou nos campos de concentração. Eram chamadas “crianças da guerra” (*war children*) crianças não judias que viveram na Alemanha durante o Terceiro Reich, de 1933 até 1945, ou na Polônia desde a época da invasão alemã, em 1939, até a libertação.²⁴

Além de crianças judias sobreviventes, foram entrevistadas crianças polonesas e alemãs, cujas circunstâncias de guerra podiam ser entendidas como traumáticas, além de filhos de pais nazistas.²⁵ Kestenberg²⁶ diz ter percebido que, uma vez que a perseguição de crianças começa, ela abrange não apenas as vítimas, mas também as crianças dos vitimizadores, de forma que, muitas vezes, o trauma também se estendeu aos filhos dos nazistas. Assim, ela concluiu que não era suficiente entender a vítima, mas era necessário compreender também como os pais criam os filhos para se tornarem perseguidores, o que a fez incluir em suas pesquisas pessoas que foram crianças sob Hitler.²⁷

Segundo a autora, desde o início, sua pesquisa sobre as sequelas do Holocausto nas crianças teve uma motivação para além da curiosidade científica. Ela diz que eles queriam contribuir para a prevenção de outro Holocausto e que acreditava que prevenção não pode ser aplicada apenas às potenciais vítimas; era necessário estudar o que os nazistas tinham transmitido aos seus filhos e como essa transmissão foi realizada.²⁸ Assim, além de buscar compreender o efeito da perseguição na infância, suas pesquisas buscaram compreender também o efeito da doutrinação de crianças para se tornarem perseguidores.

Eva Fogelman diz que uma obrigação moral acompanhava as pesquisas realizadas por eles sobre as crianças sobreviventes:

Entrevistadores e sobreviventes estão ligados por uma missão que vai para além do registro de uma narrativa. Quando uma testemunha sobrevivente reconstrói um retrato histórico detalhado dos acontecimentos, junto com uma percepção subjetiva da perseguição, isto não é considerado meramente uma

²⁴ COHEN, FOGELMAN e OFER, 2017.

²⁵ FASS, 2018

²⁶ 1992b; 1998b.

²⁷ KESTENBERG, 1994a.

²⁸ KESTENBERG, 1981.



fonte de informação para a epistemologia científica. O processo de entrevista é acompanhado por uma obrigação moral de preservar a história e alertar as gerações futuras dos perigos iminentes do racismo, que estava no centro da ideologia nazista.²⁹

Quando o estudo começou, diz Kestenberg (1992a), eles se convenceram de que entrevistar crianças sobreviventes produziria dados significativos sobre o impacto da perseguição de crianças apenas se eles obtivessem uma grande amostra, preferencialmente oriunda de vários países para os quais essas crianças emigraram ou permaneceram depois da guerra. Crianças sobreviventes foram, então, localizadas em diferentes países³⁰ e grupos foram organizados para entrevistá-las. De acordo com Fogelman e Hogan (1994), 1500 pessoas de 15 países foram entrevistadas.

Uma das singularidades do seu grupo de pesquisas, segundo Kestenberg (1992a), era ele ser conduzido por profissionais de saúde mental, ao passo que a maior parte dos outros grupos que estudavam o tema era composta por historiadores. Outra singularidade, ressaltam Cohen, Fogelman e Ofer (2017), era que os entrevistadores conheciam bem os fatos históricos da Europa antes da Segunda Guerra Mundial, nos anos da guerra e no pós-libertação, mas também estavam atentos às ramificações psicológicas da vida da criança durante e após o Holocausto.

A entrevista era estruturada a partir da combinação de uma perspectiva histórica e de uma perspectiva psicológica, explica Kestenberg (1994b). Ela enfatiza que o conhecimento de história era essencial nas entrevistas. Antes de realizá-las, os entrevistadores buscavam se informar sobre os lugares de onde as pessoas eram, os lugares nos quais elas permaneceram escondidas ou os campos de concentração no qual permaneceram, enfim, procuravam compreender o contexto no qual o sobrevivente estivera inserido.³¹ De acordo com Fogelman e Hogman (19994), a entrevista era semiestruturada, de forma que o entrevistado era instruído a falar sobre a sua vida antes, durante e depois do Holocausto, e o entrevistador seguia o fluxo com o objetivo de orientar o entrevistado para alcançar um sentido de integração.

Kestenberg (1992a) relata que a necessidade de contar ao mundo o que aconteceu era comum a todos os sobreviventes, mas que as crianças sobreviventes pareciam ter uma necessidade maior do que os adultos de elaborar seus traumas relatando suas experiências. No texto "Memories from early childhood", ela comenta que as crianças sobreviventes "muitas vezes agem como se a sua própria vida dependesse do fato de

²⁹ FOGELMAN, 1994, p. xxi.

³⁰ Kestenberg (1992) cita Canadá, Checoslováquia, Alemanha, Hungria, Israel, Polônia, Suécia, Iugoslávia e Estados Unidos.

³¹ KESTENBERG, 1991.



suas memórias serem completadas. Elas deploram as memórias que não podem ser recuperadas e que podem estar perdidas para sempre. Procuram ajuda para lembrar”.³² Segundo a autora, as entrevistas ajudavam os sobreviventes a desabafar e contar sua história e, involuntariamente, acabavam tendo consequências terapêuticas:

[...] essas pessoas perderam a continuidade da vida; dizem que têm um buraco na infância [...]. Enquanto vamos ouvindo e deixando que nos digam o que quiserem, eles falam, às vezes, pela primeira vez. A última pessoa que entrevistei disse: ‘Nunca falei nessa sequência, não tinha um sentimento cronológico sobre isso e agora tenho’. E isso é extremamente importante para estruturar a identidade, para se sentir compreendido e entender a si mesmo.³³

Ela comenta também que:

(...) as crianças sobreviventes sentem um vazio em seu passado. Elas não possuem imagens infantis normais dos pais e os blocos de construção de um *Self* seguro. As entrevistas podem atuar como gatilhos para a restauração de uma continuidade, uma ligação dos fragmentos para fornecer um passado sobre o qual construir a vida no presente.³⁴

A autora³⁵ afirma que, nas entrevistas, o mais importante era fornecer uma estrutura para que as pessoas conseguissem ordenar suas memórias, mas também dar permissão para elas lembrarem, o que muitas vezes lhes fora negado.³⁶

Uma técnica especial para auxiliar a rememoração foi utilizada. Kestenberg (1988) relata que, em seus esforços para ajudar aqueles que queriam lembrar, ela se concentrou em formas de comunicar memórias muito precoces que diferiam daquelas

³² KESTENBERG, 1988, p. 561.

³³ KESTENBERG, 1991, p. 159-60.

³⁴ KESTENBERG, 1985, p. 408.

³⁵ KESTENBERG, 1992.

³⁶ Kestenberg (1998a) diz que as crianças que sobreviveram com seus pais, com frequência, não tinham a possibilidade de conversar sobre suas próprias histórias e sobre a história de seus pais. Ela explica que os pais tinham uma grande necessidade de proteger seus filhos perseguidos dos efeitos da perseguição e, muitas vezes, acreditavam que as crianças não foram traumatizadas porque não entendiam o que estava acontecendo e não podiam lembrar da mesma forma como eles se lembravam. A autora aponta que essa atitude parental atuava como um comando para a criança sobrevivente não lembrar e não compreender.



dos adultos. Baseando-se no entendimento de que crianças pequenas não distinguem claramente entre realidade e fantasia, começou a pedir para os entrevistados imaginarem certos eventos cruciais de sua infância e se deparou com uma variedade de respostas. Desde uma total cooperação até uma recusa completa, baseada numa aderência rígida e altamente defensiva à realidade. Dessa forma, ela buscava propiciar a rememoração tentando evocar diferentes tipos de memórias sensório-motoras, como cheiros e memórias de movimento, em vez de imagens visuais. Sua experiência mostrou que memórias precoces são traduzidas em ação, em vez de serem percebidas, e que essa ação muitas vezes não é consciente. Fica claro, portanto, que o conhecimento prévio de Kestenberg sobre os padrões de movimento e sobre o desenvolvimento psicológico, teve um papel muito importante em suas investigações das crianças sobreviventes do Holocausto. Segundo Cohen, Fogelman e Ofer (2017), a equipe de entrevistadores aprendeu e usou as técnicas cinestésicas de Judith Kestenberg para auxiliar a recordação.

Várias das crianças sobreviventes foram entrevistadas pelo menos duas vezes. Os entrevistadores reviam a primeira entrevista e avaliavam o que tinha faltado na história de vida do entrevistado. Na segunda entrevista, os sobreviventes muitas vezes falavam de experiências sobre as quais talvez não estivessem preparados para falar inicialmente. A segunda entrevista foi também uma oportunidade para fazer perguntas mais específicas sobre o envelhecimento, a identidade, a memória e as brincadeiras da infância, entre outros assuntos mais idiossincráticos.³⁷ Segundo Fogelman e Hogman (1994), alguns sobreviventes tiveram quatro sessões de entrevistas, completando um total de oito horas. Elas foram gravadas em áudio e não foram partilhadas com os membros da família. Este anonimato permitiu que os entrevistados fossem mais abertos sobre as suas emoções, vidas atuais e relações. Os autores esclarecem que o protocolo das entrevistas evoluiu ao longo do tempo e que algumas crianças sobreviventes se tornaram entrevistadores. Nesse caso, elas tinham que ser entrevistadas antes de serem autorizadas a conduzir entrevistas. Judith Kestenberg, Milton Kestenberg e Eva Fogelman organizaram sessões de formação para os entrevistadores, em New York, e um comitê central reunia-se regularmente para rever as perguntas.

4 A perspectiva psicanalítica nas pesquisas sobre os sobreviventes

Ao ser questionada sobre se a perspectiva psicanalítica ajudava de alguma forma específica nas entrevistas, Kestenberg (1991) explica que a psicanálise, por proporcionar um quadro teórico do desenvolvimento, auxiliava o trabalho e que sua pesquisa era um estudo sobre o desenvolvimento. Em suas palavras:

³⁷ COHEN, FOGELMAN e OFER, 2017.



Nós observamos em qual fase de desenvolvimento a criança estava antes do Holocausto; como esta fase foi adiada ou alterada com os eventos do Holocausto; o que aconteceu durante o Holocausto; e, finalmente, o que aconteceu depois da libertação. Portanto, é um estudo do desenvolvimento. Fazemos perguntas, ou apenas pedimos às pessoas que nos falem sobre seu ambiente e personalidade pré-Holocausto e vemos como elas progrediram.³⁸

Na seguinte passagem, a autora aponta algumas das questões que norteavam suas pesquisas:

Eu quero saber se há uma correlação clara entre os seguintes aspectos do trauma: onde e como isso aconteceu, em que parte do corpo isso aconteceu, e quais foram os efeitos de cada trauma. Eu quero saber: O que aconteceu ao narcisismo? O que aconteceu ao masoquismo. Eu espero que isso vá emergir quando terminarmos o estudo. Nós devemos também levar em consideração que a perseguição continuou ou se repetiu após Holocausto.³⁹

Dessa forma, a perspectiva psicanalítica do desenvolvimento orientou, em certa medida, as entrevistas, como ela reconhece acima. Em contrapartida, sua concepção acerca do desenvolvimento foi também significativamente alterada pelos dados obtidos. Kestenberg afirma que “estava aprendendo muito não apenas sobre sobreviventes, mas também sobre o desenvolvimento enquanto tal”.⁴⁰ Ela ressalta que essas entrevistas fizeram com que ela se tornasse uma analista diferente, muito mais conectada com a realidade à qual a criança foi exposta; que ela compreendeu o significado da continuidade na vida das pessoas; que percebeu não ser possível apenas reconstruir eventos, mas que é necessário ver a conexão entre o que aconteceu então e o que a pessoa se tornou no presente, o que a psicanálise tradicional faz, mas sem manter uma continuidade. Diz ter aprendido também que, em cada fase do desenvolvimento, o trauma é manejado de uma maneira diferente.

As pesquisas de Kestenberg sobre as crianças sobreviventes da perseguição nazista e sobre os filhos de sobreviventes se inseriu em um contexto em que os psicanalistas e outros profissionais de saúde mental estavam tentando compreender e encontrar

³⁸ KESTENBERG, 1991 p. 159.

³⁹ KESTENBERG, 1991, p. 163.

⁴⁰ KESTENBERG, 1991, p.160.



estratégias para lidar com os efeitos psicológicos das experiências vividas durante o Holocausto.

Kestenberga (1992a; 1993) e outros autores⁴¹ relatam que havia, inicialmente, um despreparo dos profissionais de saúde mental para lidar com os sobreviventes. Segundo Jucovy (1998), os planos iniciais para reabilitar as vítimas do Holocausto enfatizaram a assistência material, ao passo que questões psicológicas foram ignoradas. Ele considera que psiquiatras e psicanalistas negligenciaram o confronto com os problemas psicológicos dos sobreviventes e que uma exceção foi o trabalho de Paul Friedman, que investigou os problemas mentais de judeus refugiados na Europa e dedicou especial atenção aos problemas das crianças.⁴²

Em uma publicação de 1948, Paul Friedman comenta que os primeiros planos de reabilitação dos sobreviventes na Europa negligenciaram inteiramente o aspecto psiquiátrico e levanta a seguinte questão:

Como explicar, então, a indiferença e até mesmo, muitas vezes, a oposição direta de muitas pessoas à ajuda psiquiátrica para os sobreviventes? Isso não se deveu - permitam-me explicar rapidamente - a qualquer falta de devoção ou interesse, mas sim ao fato de que todos nós - não me excludo de forma alguma - estávamos cheios de um sentimento de culpa agudo e generalizado em relação às próprias vítimas que estávamos tentando ajudar. Como defesa contra essa emoção onipresente, os líderes do trabalho de assistência tendiam a dar crédito às histórias otimistas sobre os sobreviventes, ao mesmo tempo em que desconsideravam aquelas que descreviam a miséria e a desordem psicológica. Aceitamos a teoria de que o próprio fato de sobreviver era uma evidência de superioridade física e psicológica, sem olhar muito atentamente para as implicações dessa afirmação, que desrespeitou milhões de mortos.⁴³

⁴¹ JUCOVY, 1998; PRINCE, 1998, PRINCE, 2009.

⁴² Paul Friedman realizou um estudo no centro de detenção de refugiados do Holocausto em Chipre, com o objetivo de fazer uma pesquisa sobre o estado mental dos sobreviventes e estabelecer as bases para um programa de higiene mental na Palestina e nos acampamentos de pessoas desalojadas (*Displaced Persons Camps*). Nesse estudo, ele deu especial atenção aos sintomas psíquicos apresentados pelas crianças. Alguns dos resultados foram publicados no artigo "Some aspects of concentration camp psychology" (FRIEDMAN, 1949) e no texto "The road back for the DP's: healing the psychological scars of nazism" (FRIEDMAN, 1948).

⁴³ FRIEDMAN, 1948, 2-3.



Jucovy (1998) esclarece que, apenas em 1965, condições psiquiátricas foram reconhecidas como resultantes da perseguição.⁴⁴ Até então, as teorias médicas germânicas tradicionais consideravam que qualquer experiência traumática que afetasse o psiquismo, independentemente da sua severidade, poderia apenas ter efeitos temporários sobre o funcionamento mental. Desordens mais duradouras e sequelas do trauma que aparecessem tardiamente eram consideradas, de forma arbitrária, como determinadas por fatores genéticos e, portanto, como não estando relacionadas à perseguição. Além disso, os psiquiatras alemães defendiam que, como indivíduos que passaram seus dois ou três primeiros anos de vida em um campo de concentração ou escondidos não iriam recordar os detalhes de seus sofrimentos, esses traumas não poderiam ser psicologicamente prejudiciais.

Especificamente sobre a psicanálise, Kestenberg (1992a) afirma que, nos estudos sobre os filhos de sobreviventes e sobre as crianças sobreviventes, eles descobriram a falta de habilidade dos analistas frente ao fato do Holocausto. Muitos pacientes foram dispensados após uma análise supostamente bem-sucedida com o conselho de viverem no presente, de forma que o passado era considerado insignificante. Alguns terapeutas consideravam que abordar o Holocausto era uma defesa que emergia de um conflito presente. Ela aponta também que alguns dos primeiros terapeutas que trataram sobreviventes consideraram que eles não eram analisáveis.

Erös (2017) argumenta que, durante um longo período, o Holocausto permaneceu como um ponto cego para os psicanalistas e que, apenas após várias décadas, o trauma do Holocausto como tal foi reconhecido pela psicanálise. Esse autor aponta que, após a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, a psicanálise praticamente desapareceu da Europa Central. A maioria dos psicanalistas continuaram suas vidas e carreiras nos Estados Unidos. Para a maioria deles, e para as gerações subsequentes de psicanalistas, o Holocausto permaneceu um ponto cego. Após a Segunda Guerra, o principal foco da

⁴⁴Essa mudança na posição da psiquiatria alemã parece ter sido influenciada pelo crescente reconhecimento público do trauma do Holocausto e da condição do sobrevivente na época. Clifford (2017) comenta que, nas décadas de 1960 e 1970, à medida que o interesse e o conhecimento público sobre o Holocausto começaram a crescer, uma ligação entre a experiência nos campos de concentração e o conceito de sobrevivente se consolidou. Isso foi apoiado por vários fatores, incluindo a cobertura do testemunho de sobreviventes do campo no julgamento de Eichmann em 1961; a circulação de imagens dos campos de concentração na esfera pública; o crescente interesse na literatura de sobreviventes proeminentes de campos, como Elie Wiesel e Primo Levi; e a acessibilidade de produtos culturais, como a minissérie de televisão *Holocausto*, de 1978, amplamente vista. De acordo com a autora, esses foram alguns dos vetores de memória que moldaram as perspectivas do público na época.



psicanálise foi a exploração da “mente Nazi”, ou seja, dos traços psicológicos e de caráter dos criminosos de guerra.⁴⁵ Nesse mesmo sentido, Marcus e Winer (2015) comentam que, durante os anos 1940 e 1950, embora os psicanalistas tivessem se integrado na vida americana e alcançado muitas posições importantes, como todos os demais, eles estavam ainda muito próximos do evento para perceber seu significado mais amplo. Poucos trabalhos teóricos foram escritos sobre o holocausto, no entanto, havia um interesse pela personalidade do antisemita.

Segundo Naszkowska (2023), um questionário enviado a analistas infantis dos Estados Unidos, Canadá, Israel, Alemanha, Inglaterra e Holanda entre 1969 e 1970, após o congresso da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), em Roma, mostrou que a grande maioria dos entrevistados era indiferente ao problema dos sobreviventes da perseguição nazista. Um exemplo disso é o seguinte relato do psicanalista Dori Laub:

Trabalhando como psiquiatra em um hospital estadual entre 1965 e 1966, sabíamos que havia um paciente de Auschwitz que era internado regularmente todos os anos no mesmo mês. Administrávamos nosso protocolo habitual de doze tratamentos eletroconvulsivos, e ele se sentia melhor e recebia alta. Todos sabiam que ele era um sobrevivente. Ninguém perguntou por que ele retornava na mesma época todos os anos. Décadas depois, descobri que havia milhares de sobreviventes do Holocausto hospitalizados em instituições israelenses há décadas, alguns desde o fim da guerra. Em seus prontuários, havia pouquíssimas informações sobre a experiência do Holocausto. Em geral, eles eram diagnosticados como esquizofrênicos ou bipolares e recebiam tratamento convencional, que era de ajuda limitada.⁴⁶

Jucovy (1998) argumenta que as abordagens psicanalíticas clássicas, mantidas por muitos psicanalistas, se mostraram insuficientes para conceitualizar e explicar a desconcertante variedade de sintomas apresentados pelos sobreviventes. Prevalecia, na psicanálise, a ideia de que traumas externos são transpostos em traumas internos apenas se eles evocam ou simbolizam a realização de ansiedades profundamente arraigadas ou de fantasias de desejo. O autor aponta que a definição de trauma como um evento singular agudo, tal como se encontrava na teoria freudiana, não podia ser aplicada a experiência de meses ou anos de degradação diária e morte quase certa.

Freud concebeu o trauma como uma experiência em que o aparelho psíquico é subitamente inundado por uma grande quantidade de excitação que rompe a barreira

⁴⁵ ERÖS, 2017.

⁴⁶ LAUB, 2013, p.571.



protetora do funcionamento mental. A experiência traumática desorganiza o aparelho psíquico, que então precisa dominar os estímulos realizando o que Freud chama de compulsão à repetição. Essa definição de trauma é encontrada em *Além do Princípio do Prazer*:

Descrevemos como 'traumáticas' quaisquer excitações externas que sejam suficientemente poderosas para romper o escudo protetor. Parece-me que o conceito de trauma implica necessariamente uma conexão desse tipo com uma ruptura em uma barreira eficaz contra estímulos. Um evento como um trauma externo está fadado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da energia do organismo e a colocar em ação todas as medidas defensivas possíveis.⁴⁷

De acordo com essa concepção, as neuroses traumáticas resultam da perturbação econômica da psique causada por uma experiência traumática, e os sintomas representam uma tentativa do funcionamento mental de elaborar e obter controle sobre o excesso de estímulos na psique.

Em *Inibições, sintomas e ansiedade*, Freud (1926) argumenta que a característica comum de todos os estados de ansiedade é que eles representam uma reação ao perigo e que o protótipo da experiência de ansiedade é o trauma do nascimento. Na experiência do nascimento, o “perigo” em questão não tem nenhum conteúdo psíquico, pois o recém-nascido só é capaz de sentir uma enorme perturbação na economia psíquica, resultante da intensidade dos estímulos que atingem os órgãos sensoriais. No entanto, a ansiedade reaparece em todas as situações em que o indivíduo, em um estado de desamparo, é novamente confrontado com o risco de um grande aumento de estímulos, seja externo ou interno. Freud identifica uma série de ansiedades típicas que se sucedem no curso do desenvolvimento: a ansiedade da perda do objeto, a ansiedade de castração e a ansiedade da consciência moral. Para ele, a ansiedade funciona como um sinal do perigo de reviver uma situação traumática, como a vivenciada durante o nascimento, o que pode levar à repressão e à psicose. Dessa forma, Freud vincula o trauma à ansiedade, à repressão e à neurose. As experiências traumáticas, de acordo com essa concepção, simbolizam o conteúdo inconsciente e adquirem um valor traumático porque evocam experiências traumáticas anteriores.

Prince (1998) também comenta que a posição clássica da psicanálise manteve a ideia de que os eventos externos têm um efeito traumático devido a sua ressonância com temas intrapsíquicos preexistentes, de forma que os sintomas resultantes, em última instância, simbolizam conteúdos inconscientes. Esse autor também enfatiza que esse modelo não se encaixava nos sobreviventes do Holocausto, pois traumas massivos

⁴⁷ FREUD, 1920, p.29.



destroem a habilidade de simbolização e perturbam a organização da personalidade. Para ele, na neurose traumática resultante de traumas massivos, os sintomas, incluindo os sonhos traumáticos, não são passíveis de interpretação, pois não têm significado inconsciente. Nesse tipo de quadro, a capacidade de metaforização está reduzida, defende o autor.

O Holocausto trouxe, portanto, uma nova realidade e colocou um grande desafio para os psicanalistas e demais profissionais de saúde mental. De acordo com Jucovy (1998) em 1967, quando o *Congresso da Associação Psicanalítica Internacional* chamou a atenção para os problemas dos sobreviventes, o tom geral da discussão sugeriu que a compreensão psicanalítica tradicional dos efeitos do trauma não possuía elementos importantes necessários para compreender e tratar sobreviventes com comprometimento psicológico significativo. Os participantes do simpósio enfatizaram o dano permanente ao ego – expresso, por exemplo, em alteração da identidade pessoal e manifestações clínicas do tipo psicótico – e reconheceram que muitas das principais sequelas indicavam que a personalidade pré-traumática podia desempenhar apenas um papel pequeno nos sintomas. Foi discutido que, se outros canais fossem bloqueados, os sobreviventes muitas vezes dirigiam a agressão em direção aos descendentes, perpetuando o impacto original do Holocausto. Devido às circunstâncias extremas em campos de concentração, onde apenas comportamentos de sobrevivência tinham significado e onde a diferença entre vida e morte era arbitrária e imprevisível, as memórias muitas vezes usurpavam as fantasias na vida mental dos sobreviventes. O autor aponta que não houve, nesse momento, um consenso sobre formas eficazes de tratamento.

O trabalho de Kestenberg e de seu grupo foi, portanto, iniciado nesse contexto de percepção das limitações do conhecimento psicanalítico e psiquiátrico e de busca de formas de compreender e tratar os sobreviventes e seus descendentes. Muitas publicações derivaram dessas pesquisas e um rico conhecimento sobre o psiquismo foi produzido. Fogelman e Hogman (1994) esclarecem que a maior parte dos resultados das entrevistas com os sobreviventes do Holocausto consistiu em observações clínicas dos entrevistadores.

As entrevistas do *International Study of Organized Persecution of Children* foram doadas por Eva Fogelman para a divisão de História Oral do Instituto Avraham Harman de Judaísmo Contemporâneo da Universidade Hebraica de Jerusalém. Sob a direção de Sharon Kangisser-Cohen, 1.500 entrevistas foram digitalizadas, catalogadas e preservadas, tornando possível seu uso em pesquisas acadêmicas. Atualmente, o arquivo é conhecido como *Kestenberg Holocaust Child Survivor Archive*⁴⁸.

⁴⁸ COHEN, FOGELMAN e OFER, 2017.



Saban, Sossin e Yasik (2017) comentam que as narrativas das entrevistas, tais como foram conduzidas e consideradas no âmbito do *International Study of Organized Persecution of Children*:

[...]ressaltam a singularidade de cada sobrevivente, ao mesmo tempo em que contribuem para conclusões mais generalizadas sobre a forma como as crianças processam psicologicamente o encontro com a atrocidade, a brutalidade, a perda, a separação, o medo, o confinamento, a clandestinidade, etc.⁴⁹

Os autores ressaltam que esse material é uma fonte de grande relevância, em especial, para a compreensão dos efeitos de longo prazo dos traumas resultantes da perseguição sistematizada.

5 Alguns dos principais aprendizados

Em “O que um psicanalista aprendeu com o Holocausto e o Genocídio”, Kestenberg (1993) resume algumas das descobertas mais importantes de sua pesquisa sobre a primeira e a segunda geração de crianças sobreviventes. Com relação à segunda geração, ela se refere ao mecanismo de “transposição”, à divisão do superego e às sequelas psicossomáticas. Com relação à primeira geração, ela menciona a divisão do ego, a somatização de impulsos e suas adaptações incomuns ao novo ambiente.

Em “As consequências psicológicas das instituições punitivas”, Kestenberg (1981) diz que percebeu que as crianças entendem o que aconteceu com seus pais tanto quando são informadas quanto quando a história é silenciada. Sua análise dos filhos de sobreviventes de campos de concentração, guetos e dos primeiros estágios da perseguição nazista mostrou que eles viviam involuntariamente em uma dupla realidade, a realidade atual e a do nazismo. Esse mecanismo é chamado de “transposição”. Ela explica que os sobreviventes têm a tendência de reviver o Holocausto em qualquer regressão que se segue ao estresse, e que “as crianças aprendem com seus pais a viver em dois níveis, como, por exemplo, olhar para uma pilha de feno como um lugar para brincar e, ao mesmo tempo, escolhê-la para se esconder dos nazistas, como se eles estivessem presentes hoje”.⁵⁰

Comentando o conceito de transposição de Kestenberg, Grubrich-Simitis (1984) explica que esse mecanismo vai além do que a psicanálise geralmente entende por identificação. Trata-se de um processo incorporativo, e não identificatório, “caracterizado tanto pela totalidade da imersão em outra realidade quanto pelo

⁴⁹ SABAN, SOSSIN e YASIK, 2017, p.15.

⁵⁰ KESTENBERG, 1981, p.28.



envolvimento do corpo”.⁵¹ Kestenberg explica que, em casos extremos, a transposição faz com que a pessoa se identifique com parentes falecidos e se transponha para o passado. Ela descreve os efeitos patológicos da transposição, como a ansiedade e a somatização. Grubrich-Simitis esclarece que a transposição pode levar ao “concretismo”, um tipo de funcionamento mental no qual a qualidade da imaginação está ausente. Nesse caso, os pacientes consideram o que têm a dizer como algo semelhante a uma coisa, em vez de algo imaginado ou lembrado. Ela diz que essa característica geralmente está presente nos filhos de sobreviventes e levanta a hipótese de que ela resulta de danos ao ego causados pelos traumas extremos vivenciados pela primeira geração de sobreviventes. A sobrevivência em condições extremas, como os campos de concentração, prejudica a capacidade do ego de metaforizar, bem como a capacidade psicológica de estruturar o tempo em passado, presente e futuro. A autora acredita que esse dano ao ego pode ter produzido um concretismo atemporal no funcionamento mental da segunda geração nascida após esses eventos. Para ela, passar do concretismo para a metáfora seria a direção geral da análise desses pacientes.

Outro fenômeno observado nos filhos de sobreviventes, conforme relatado por Kestenberg, é a cisão do superego. Essa divisão pode ser de vários tipos. Ela ressalta que pode haver uma divisão entre os aspectos punitivos do superego e o ideal do ego. Ou pode haver uma divisão entre diferentes aspectos específicos do superego punitivo, como a divisão entre estar vivo e estar morto. Essa divisão do superego também pode produzir uma divisão do ego, dependendo do grau de regressão e da capacidade de sublimação mantida pela criança. Em “As consequências psicológicas das instituições punitivas”, Kestenberg comenta sobre outras alterações do superego apresentadas pelos filhos de sobreviventes. Ela ressalta que a distorção do superego causada pela ideologia nazista e o sofrimento extremo pelo qual passaram muitas vezes os levou a aceitar a culpa atribuída a eles. Essa culpa irracional, por sua vez, era frequentemente transmitida dos sobreviventes para as gerações seguintes. Como resultado, a perseguição continuou na mente de suas vítimas mesmo após o fim do nazismo.

Kestenberg também comenta sobre a manifestação da somatização tanto nos filhos dos sobreviventes quanto nas próprias crianças sobreviventes. Com relação aos primeiros, ela diz que a mãe sobrevivente às vezes não tem a capacidade de ajudar a criança a se individualizar e, se a criança não conseguir criar uma representação interna de um ambiente reconfortante e se identificar com essa mãe “interna”, a falta de uma figura protetora persiste e pode levar à somatização. Com relação à somatização em crianças sobreviventes, Kestenberg explica que experiências extremas de fome, dor física, falta de sono e frio, produzem uma regressão à fase oral com uma redução de outras

⁵¹ GRUBRICH-SIMITIS, 1984, p.303.



necessidades vitais e um narcisismo enfraquecido, o que faz com que, mais tarde na vida, a frustração leva à somatização.

O impacto sobre o superego das crianças sobreviventes também foi descrito por Kestenberg e outros pesquisadores. Kestenberg e Brenner afirmam que o trauma mais precoce infligido aos bebês é o berço de rupturas posteriores no superego. Os autores explicam que as regras e as rotinas iniciais influenciam o desenvolvimento do ego e deixam o superego mais vulnerável. Durante o desenvolvimento, à medida que a criança passa de uma fase para a outra, o sistema regulatório muda e exige organização por parte da mãe e da criança. Essa organização deve não apenas incorporar as regras anteriores, mas também integrá-las em um novo conjunto de regras. No entanto, mudanças repentinas e repetidas nas condições que impedem a criança de reorganizar sua autorregulação tornam-se traumáticas, e seu senso de identidade é destruído. Os autores explicam que o senso de continuidade é fonte de bem-estar e é essencial para a formação de estruturas psíquicas. Sem a continuidade das leis que regem nossas ações, o superego é dividido ou fragmentado. Dessa forma, a ruptura das regras na vida dos bebês e crianças nascidos durante o Holocausto, bem como o sofrimento físico que experimentaram, levou muitas vezes a um estado afetivo-motor ou somático recorrente de sentir-se mal, que é conceituado como ser mal. O que aparece na consciência como culpa muitas vezes é, na realidade, um sentimento generalizado de dor, morte ou perda. Subjacente a uma culpa profunda, dizem os autores, está uma imagem corporal quebrada, vazia, inativa e incompleta.

Outro fenômeno que Kestenberg identifica como comum em crianças sobreviventes é a cisão do ego que leva a *acting out*, que se manifesta diante da impossibilidade de rememorar. A autora comenta que a falta de continuidade, tanto no senso do eu quanto no do tempo, é evidente em todos aqueles que foram vítimas de perseguição e que um dos objetivos do tratamento era promover a memória e a integração entre o passado e o presente, para trazer de volta as infâncias esquecidas junto com os traumas. Com relação ao *acting out* nos filhos de sobreviventes, Kestenberg relata que os pais de sobrevivente muitas vezes começavam a atuar quando os filhos atingiam a idade que eles tinham quando foram perseguidos, e os filhos também começavam a atuar a experiência do Holocausto dos pais.

A autora enfatiza que, em contraste com as crianças com um único trauma grave, a maioria das crianças sob o nazismo passou por vários traumas, estresse crônico, abandono repentino e repetido e desenraizamento. Elas demonstraram uma capacidade única de adaptação, mas, por trás dessa adaptação, havia um problema de identidade que as tornava tímidas, excluídas e desconfiadas. Segundo ela, quanto mais jovem a criança era na época do desenraizamento, mais morta e vazia ela se sentia por dentro quando adulta. Embora essas crianças mais novas não demonstrassem tanta ansiedade quanto as mais velhas durante a perseguição, um núcleo depressivo



obscurcia tudo o que faziam e lhes roubava a intensidade da alegria. Saban, Sossin e Yasik (2017), em um texto que discute os dados das entrevistas realizadas por Kestenberg e seu grupo, comentam que isso indica que, quanto mais jovens as crianças eram quando sofreram a perseguição nazista, mais graves foram as sequelas psicológicas.

Kestenberg diz que aprendeu nas entrevistas e no tratamento que os pais não queriam que seus filhos se lembrassem de suas experiências traumáticas e muitas vezes se enganavam acreditando que as crianças não sofriam porque eram muito novas para entender. Um dos objetivos do tratamento era ajudá-los a confiar em suas próprias memórias e a se respeitarem como eram.

Essas são apenas algumas das muitas coisas que Kestenberg e seu grupo aprenderam em seu trabalho com a primeira e a segunda geração de sobreviventes.

Em um texto publicado em 1915, Ferenczi comenta que os eventos da guerra fornecem uma oportunidade única de aprendizado sobre o psiquismo e sobre a verdadeira natureza humana:

Os piores e mais perturbadores acontecimentos podem aparecer como experiências desenfreadas de psicologia experimental, uma espécie de "*Naturexperiment*" que o cientista não pode realizar em seu estudo, mas, quando muito, no laboratório da sua mente. A guerra é uma dessas experiências de laboratório levadas a um nível cósmico. Em tempo de paz, apenas através do exame complexo dos sonhos, dos sintomas neuróticos, das criações artísticas, das diversas religiões é que se pode demonstrar (...) que a psique humana apresenta múltiplas camadas, que a cultura não passa de uma vitrine lindamente decorada, enquanto, no fundo da loja, se amontoa a mercadoria mais primitiva. A guerra arrancou brutalmente esta máscara e mostrou-nos o homem na sua natureza mais profunda e verdadeira: no coração do homem, a criança, o selvagem, o primitivo.⁵²

O que Ferenczi comenta nessa passagem se aplica às experiências das crianças vítimas do Holocausto. Trata-se de uma fonte de estudo de grande valor, que pode propiciar um conhecimento sobre a mente humana que dificilmente pode ser alcançado em outras circunstâncias.

⁵² FERENCZI, 1915, p. 125.



Considerações finais

Desde o início de sua carreira, o percurso de Kestenberg é marcado pelo pioneirismo e pela busca de formas originais de compreensão, tratamento e prevenção de transtornos mentais. Essa perspectiva se expande com as pesquisas que ela liderou sobre as crianças vítimas do Holocausto. Essas pesquisas produziram um conhecimento muito rico sobre o desenvolvimento psicológico, sobre o impacto de traumas precoces e da perseguição sobre o psiquismo, sobre o funcionamento da memória e dos mecanismos de rememoração, sobre transmissão transgeracional do trauma, sobre relações psicossomáticas, sobre o funcionamento do ego e do superego, entre outros fenômenos mentais. Segundo Clifford (2017), ela se tornou a pesquisadora de maior destaque no campo da investigação psicológica dos efeitos do Holocausto sobre as crianças sobreviventes.

Apesar do seu pioneirismo e da originalidade e relevância da sua produção clínica e teórica, Judith Kestenberg ainda é uma autora pouco conhecida e estudada, de forma que há ainda um grande trabalho a ser feito de análise e discussão do material proveniente de suas pesquisas. No contexto atual marcado por grande número de crianças vítimas de perseguições e refugiadas e pela intensificação do preconceito e da violência étnica e racial, em diversas partes do mundo, o resgate do seu trabalho tem muito a contribuir, entre outras coisas, para a compreensão dos efeitos psicológicos de experiências traumáticas extremas na infância, para o tratamento das vítimas desses traumas, e para a busca de estratégias de prevenção do surgimento do racismo e da violência dele decorrente. Esperamos com esse artigo contribuir um pouco para o resgate da sua história e do seu trabalho.

Referências

- BERGMANN, M. S.; JUCOVY, M. E. (editors). *Generations of the Holocaust*. New York: Columbia University Press, 1982
- CAROPRESO, F. "Dor e desejo na teoria freudiana do aparelho psíquico e das neuroses." *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, ano 21, n. 29, p. 569-90, 2009. <https://doi.org/10.7213/rfa.v21i29.2629>.
- COHEN, S. K., FOGELMAN, E. & OFER, D. (2017). *Children in the Holocaust and its aftermath: historical and psychological studies of the Kestenberg archive*. New York: Berghahn Books, 2017.
- CLIFFORD, R. Who is a survivor? Child Holocaust survivors and the development of a generational identity. *Special Issue: Generations and Memory: Continuity and Change*, Toronto, 37, 1–23, 2017.
- DWORK, D. *Children with a star: Jewish Youth in Nazi Europe*. New Haven: Yale University Press, 1991.



ERÖS, F. From war neurosis to holocaust trauma - an intellectual and cultural history. *S:I.M.O.N. Shoah: Intervention. Methods. Documentation*, Vienna, ano 4 , n.1, p. 41–58, 2017.

FASS, P. S. Children in the Holocaust and its Aftermath: Historical and Psychological Studies of the Kestenberg Archive eds. by Sharon Kangisser Cohen, Eva Fogelman, and Dalia Offer. *The Journal of the History of Childhood and Youth*, ano 11, n. 2, p. 281–283, 2018. <https://doi.org/10.1353/hcy.2018.0043>

FERENCZI, S. The Ice-Age of Catastrophes. In: J. Borossa (Ed.), *Selected Writings Of Sandor Ferenczi*. London: Penguin, 1999 [1915], p.125-126.

FERENCZI, S. Thinking and Muscle Innervation. In: Sándor Ferenczi, *Further Contributions to Theory and Technique of Psychoanalysis*, v. 2. New York: Basic Books, 1952 [1919], p.230-232.

FERENCZI, S. Laughter. In: Sándor Ferenczi, *Problems and Methods of Psychoanalysis*, volume 3, 177–182. New York: Basic Books, 1955, p.177-182.

FOGELMAN, E. (1994). Introduction. In: J. Kestenberg & E. Fogelman (Eds.), *Children during the nazi reign: Psychological Perspective on the Interview Process*. Westport: Praeger, 1994, p. xvii-xxi

FOGELMAN, E. & HOGMAN, F. A follow-up study: child survivors of the nazi holocaust reflect on being interviewed. In: J. Kestenberg & E. Fogelman (Eds.), *Children during the nazi reign: Psychological Perspective on the Interview Process*. Westport Praeger, 1994, p.73-80.

FRIES, M. Interrelationship of physical, mental and emotional life of a child from birth to four years of age. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, ano 49, n. 6, 1546–1563, 1945.

FREUD, S., & BREUER, J. Studies on Hysteria. In: J. Strachey (Ed. & Trans.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, V. 2. London: Hogarth Press, 1950 [1895], p.1-335.

FREUD, S. Three Essays on the Theory of Sexuality. In: J. Strachey (Ed. & Trans.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, V. 7. London: Hogarth Press, 1950[1905], p.123-246.

FREUD, S. Beyond the pleasure principle, In: J. Strachey (Ed. & Trans.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol.18. London: Hogarth Press, 1962[1920], p. 3-66.

FREUD, S. The Ego and the Id. In: J. Strachey (Ed. & Trans.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, Vol. 19. London: Hogarth Press, 1950[1923], p.1-66.



FREUD, S. Inhibitions, Symptoms and Anxiety. In: J. Strachey (Ed. & Trans.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, V. 20. London: Hogarth Press, 1950[1926], p. 77-178.

FRIEDMAN, P. The road back for the DP's: healing the psychological scars of nazism". *Commentary Magazine*, December, 1-18, 1948.

FRIEDMAN, P. Some aspects of concentration camp psychology. *American Journal of Psychiatry*, n. 105, 601-605, 1949.

GRUBRICH-SIMITIS, I. From Concretism to Metaphor: Thoughts on Some Theoretical and Technical Aspects of the psychoanalytic Work with Children of Holocaust Survivors. *The psychoanalytic Study of the Child*. Ano 39, n.1, p. 301-319, 1984.

JUCOVY, M. The Background of persecution and its aftermath. In: J. Kestenberg & C. Kahn (Eds.), *Children surviving persecution: An international study of trauma and healing*. Westport: Praeger, 1998, p.19-42.

KESTENBERG, J. S. The role of movement patterns in development I - Rhythms of movement. *Psychoanalytic Quarterly*, ano 24, n. 4, p. 517-563, 1965. <https://doi.org/10.1080/21674086.1965.11926363>

KESTENBERG, J. S. The psychological consequences of punitive institutions. *Israel Journal of Psychiatry and Related Sciences*, ano 18, n.1, p. 15-30, 1981.

KESTENBERG, J. Child Survivors of the Holocaust—40 Years Later: Reflections and Commentary. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry*, ano 24, n.4, p. 408-412, 1985. [https://doi.org/10.1016/s0002-7138\(09\)60558-6](https://doi.org/10.1016/s0002-7138(09)60558-6)

KESTENBERG, J. S., & BRENNER, I. Children who survived the holocaust—the role of rules and routines in the development of the superego. *International Journal of Psychoanalysis*, 67, P. 309-316, 1986.

KESTENBERG, J. S., & KESTENBERG, M. Child killing and child rescuing. In: G. G. Neuman (Ed.), *Origins of human aggression: Dynamics and etiology*. Human Sciences Press, 1987, p.139-154.

KESTENBERG, J. S. Memories from Early Childhood. *Psychoanalytic Review*., n.75, p. 561-571, 1988.

KESTENBERG, J. S. On narcissism and masochism in the fetus and the neonate. *Journal of Prenatal & Perinatal Psychology & Health*, ano 5, n. 1, p. 87-94, 1990.

KESTENBERG, J. S. Dr. Judith S. Kestenberg talks to Kristina Stanton. *Free Associations*, ano 2, n. 2, p. 157-174, 1991.

KESTENBERG, J. S. Children of survivors and child survivors. In: S. Robinson (Ed.) *Echoes of the Holocaust*. Jerusalem: Talbieh Mental Health Center, 1992a, p. 27-50.



KESTENBERG, J. S. Children Under the Nazi Yoke. *British Journal of Psychotherapy*, 8, n. 4, p. 374–390, 1992b. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0118.1992.tb01200.x>

KESTENBERG, J. S. What a psychoanalyst learned from the Holocaust and genocide. *International Journal of Psycho-Analysis*, 74, 1117-1129, 1993.

KESTENBERG, J. S. (1994a). Preface: Tribute to Milton Kestenberg. In J. Kestenberg & E. Fogelman (Eds.), *Children during the nazi reign: Psychological perspective on the interview process*. Westport: Praeger, 1994a, p. ix–xiv.

KESTENBERG, J. S. Overview of the effect of psychological research interviews on child survivors. In: J. Kestenberg & E. Fogelman (Eds.), *Children during the nazi reign: Psychological perspective on the interview process*. Praeger, 1994b, p.3-33.

KESTENBERG, J. S. Adult survivors, child survivors, and children of survivors. In J. Kestenberg & C. Kahn (Eds.), *Children surviving persecution: an international study of trauma and healing*. Westport: Praeger, 1998a, p.56-65.

KESTENBERG, J. S. (1998b). Nazi fathers. In: J. Kestenberg & C. Kahn (Eds.), *Children surviving persecution: an international study of trauma and healing*. Westport: Praeger, 1998b, p.124-138.

KORMOS, J. History and the psychoanalytic foundations of the Kestenberg Movement Profile. *Body, Movement and Dance in Psychotherapy*, 17, n.2, p. 1–16, 2021a. <https://doi.org/10.1080/17432979.2021.1915871>

KORMOS, J. Kinaesthetic attunement, clashing and mismatches of early interactions and their influence in later development – Theoretical introduction to the Kestenberg Movement Profile. *Imago Budapest*, 10, n.1, p. 42–54, 2021b.

KRIS, E. Laughter as an expressive process: Contributions to the psycho-analysis of expressive behaviour. *The International Journal of Psychoanalysis*, 10, p. 314–341, 1940.

LAUB, D. (2013). On Leaving Home and the Flight Trauma, *Psychoanalytic Dialogues: The International Journal of Relational Perspectives*, 23, n. 5, p.568-580, 2013.

LEMPP, R. Extrembelastung im Kindes-und Jugendalter. Bern: Huber., 1979.

LOMAN, S. Judith S. Kestenberg's Dance/Movement Therapy Legacy: Approaches with Pregnancy, Young Children and Caregivers. *American Journal of Dance Therapy*, 38, p. 225–244, 2016.

MARCUS, P., & WINEMAN, I. Psychoanalysis encountering the holocaust. *Psychoanalytic Inquiry*, 5, n. 1, p. 85–98, 1985. <https://doi.org/10.1080/07351698509533577>

NASKOWSKA, K. Give Me Permission to Remember: Judith S. Kestenberg and the Memory of the Holocaust. In: L. Nenik; L. Aron (Eds.). *Contemporary Psychoanalysis and*



Jewish Thought: Answering a Question with More Questions. Abingdon, Oxon: Routledge, 2023, p.197-217.

PRINCE, R. Historical trauma: psychohistorical reflections on the holocaust. In J. Kestenberg & C. Kahn (Eds.), *Children surviving persecution: an international study of trauma and healing*. Westport: Praeger, 1998, p.43-55.

PRINCE, R. Psychoanalysis traumatized: The legacy of the holocaust. *The American Journal of Psychoanalysis*, 69, n.3, p. 179–194, 2009. <https://doi.org/10.1057/ajp.2009.13>

SABAN, G. S.; SOSSIN, K. M. e YASIK, A. In: S. K. Cohen; E. Fogelman & D. Ofer (Orgs). *Children in the Holocaust and its aftermath: historical and psychological studies of the Kestenberg archive*. New York: Berghahn Books, 2017, p.15-40.

SOSSIN, K. M., LOMAN, S., & MERMAN, H. (1999). Remembering Judith S. Kestenberg, Our Mentor and Friend. *American Journal of Dance Therapy*, 21, n.1, p. 53-55, 1999.

TURTELLI, L. S., & TAVARES, M. Movimento humano no contexto do desenvolvimento: estudos de Judith Kestenberg. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 24, n.3, 295–303, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000300005>.

VALENT, P. Child survivors: A review. In: J. Kestenberg & C. Kahn (Eds.), *Children surviving persecution: An international study of trauma and healing*. Praeger, 1998, p.109-123.

Enviado em: 10/11/2024

Aprovado em: 15/11/2024